



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

Minuta de CT nº 3.0XX.00/2013

CONTRATO que entre si fazem a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF e a empresa _____, na forma abaixo.

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA - CODEVASF, empresa pública federal, com atual denominação social por força da Lei nº 9.954, de 06 de janeiro de 2000 e do seu Estatuto baixado pelo Decreto nº 3.604, de 20 de setembro de 2000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.399.857/0001-26, com sede em Brasília, Distrito Federal, no Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601, Conjunto I, e com Superintendência Regional no Estado de Pernambuco com endereço na Rua Presidente Dutra, 160, Centro, Petrolina (PE), CEP _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, neste ato representada por seu Superintendente Regional, conforme Decisão nº _____, de _____, **LUIZ MANOEL DE SANTANA**, brasileiro, _____, domiciliado no endereço retro mencionado, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, doravante denominada **CODEVASF** e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, estabelecida na _____, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por _____, portador da identidade nº _____ e CPF nº _____, residente e domiciliado _____, resolvem assinar o presente Contrato, conforme autorização contida na **RESOLUÇÃO Nº _____**, da Diretoria Executiva da CODEVASF, de acordo com o **Edital de CONCORRÊNCIA NACIONAL nº**, conforme autorização contida na **RESOLUÇÃO Nº _____**, da Diretoria Executiva da CODEVASF, e nos termos da Lei da Lei nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 123, 14/12/06, e suas alterações, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1. Cláusula Primeira – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços técnicos de engenharia e fornecimento de materiais para execução do projeto de automação dos Perímetros de Irrigação Apolônio Sales e Barreiras, integrantes do Sistema Itaparica, localizados nos municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco.

1.1. Os Perímetros de Irrigação, objeto desta licitação, localizam-se na região dos municípios de Petrolândia e Tacaratu, no Estado de Pernambuco, distantes aproximadamente 430 Km de Recife-PE e 360 Km de Petrolina-PE, respectivamente, com acesso pela BR-428.





Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

1.2. Os serviços e fornecimentos previstos e necessários para plena execução do objeto desta licitação são descritos conforme os Termos de Referência e especificações do Edital licitado.

2. Cláusula Segunda – DOS DOCUMENTOS

Os serviços e fornecimentos objeto deste contrato serão executados com fiel observância a este instrumento e demais documentos a seguir mencionados, que integram o presente contrato, independentemente de transcrição:

- a) Edital de Concorrência Nacional nº ___/2013 – 3ª SR e seus Anexos;
- b) Proposta da CONTRATADA, e sua documentação, datada de ___;
- c) Demais documentos contidos no Processo nº 59530.000537/2013-57.

2.1. Em caso de divergência entre os documentos mencionados nos itens anteriores e os termos deste contrato, prevalecerão os termos deste último.

3. Cláusula Terceira – DO PRAZO

O prazo para execução das obras e serviços objeto da licitação será de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado na forma dos §§1º e 2º do art. 57 da Lei 8.666/93.

4. Cláusula Quarta – DO VALOR

O valor deste contrato é de R\$ _____ (_____).

4.1. Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos do artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8666/93.

4.2. O valor-teto estabelecido na Nota de Empenho emitida pela CODEVASF não poderá ser ultrapassado pela CONTRATADA, salvo no caso de expedição de empenho complementar.

4.3. A infringência do disposto no item anterior impedirá a CONTRATADA de participar de novas licitações ou assinar contratos com a CODEVASF, pelo prazo de 06 (seis) meses, a partir da verificação do evento.





Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

5. Cláusula Quinta – DOS RECURSOS

Os recursos para o objeto deste contrato correrão à conta da **Funcional Programática nº _____**, PTRES _____, ND _____, e estão garantidos conforme **Nota de Empenho nº _____**, emitida em _____.

6. Cláusula Sexta – REAJUSTAMENTO DOS PREÇOS

6.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano. Após este prazo serão reajustados, por responsabilidade da CODEVASF, aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V.[N1. (MEi-MEo)/ MEo + N2. (MOi-MOo)/MOo]$$

Onde:

R - valor do reajustamento

V - valor a ser reajustado

N1 - percentual de ponderação de serviços de Materiais Elétricos frente à totalidade dos serviços a executar.

N2 - percentual de ponderação de serviços de Mão de obra especializada frente à totalidade dos serviços a executar.

MEi – refere-se ao índice Material Elétrico da FGV – cód. A1006827, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MEo – refere-se ao índice Material Elétrico da FGV – cód. A1006827, correspondente à data de apresentação da proposta.

MOi – refere-se a coluna 13 da FGV Mão-de-obra Especializada, cód. AO159886, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

MOo – refere-se a coluna 13 da FGV Mão-de-obra Especializada, cód. AO159886, correspondente à data de apresentação da proposta.

6.2. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:





Ministério da Integração Nacional – MI

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

3ª Superintendência Regional – 3ª SR

$$I_{DB1}^{Mês 2} = \frac{I_{DB2}^{Mês 2} \times I_{DB1}^{Mês 1}}{100}$$

Sendo: $I_{DB1}^{Mês 2}$ = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original. $I_{DB2}^{Mês 2}$ = Índice do mês de reajuste com a nova data base. $I_{DB1}^{Mês 1}$ = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

6.3. Os valores considerados referentes aos fatores N1 e N2 serão os a seguir, apresentados:

Fator N1	Fator N2
63%	37%

7. Cláusula Sétima – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. A CODEVASF/3ª SR pagará ao Contratado, pelos serviços efetivamente executados. Os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos constituindo, assim, a única remuneração do Contratado pelos trabalhos efetivamente executados.

7.2. O pagamento dos serviços será efetuado mediante medições mensais daqueles efetivamente executados, sujeito às seguintes condições gerais:

- O serviço que não se adequar às formas de pagamento estabelecidas nos TR e/ou que não seja executado em plena conformidade com eles, não terá faturamento;
- As faturas exigirão o acompanhamento de documentação e relatório dos trabalhos desenvolvidos que justifiquem cada serviço faturado, com a indicação do número do Contrato que lhe dá cobertura;
- As faturas dos serviços executados só serão pagas após os mesmos terem sido aprovados e atestados pela fiscalização;
- Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo ao Contratado, para correções e acertos, iniciando-se, após essa apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.





Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

- 7.3. A forma de pagamento contemplada neste Edital será exclusivamente o de preço unitário, pago por serviço efetivamente executado.
- 7.4. Os pagamentos dos serviços executados obedecerão rigorosamente os itens e valores constantes na planilha orçamentária apresentados na proposta financeira, no ato da licitação.
- 7.5. As Notas Fiscais/Faturas deverão destacar o valor do IRPJ e demais contribuições incidentes, para fins de retenção na fonte, de acordo com o art. 1º, § 6º da IN/SRF n.º 480/2004, ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.
- 7.6. As faturas deverão ser apresentadas corretamente preenchidas, sem rasuras e com as discriminações exigidas pela CODEVASF, além de estarem dentro do prazo de validade das mesmas.
- 7.7. Eventual solicitação de reequilíbrio Econômico-Financeiro do contrato será analisada consoante os pressupostos da Teoria da Imprevisão, nos termos como dispõe o artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei nº 8.666/93.
- 7.8. A empresa vencedora no certame se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação ora exigida, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas.
- 7.9. Juntamente com a apresentação da Fatura terá a Contratada de apresentar a comprovação de recolhimentos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Previdência Social, através de GPS, devidamente autenticado, sob pena de retenção do pagamento devido, consoante o disposto no § 4º do Art. 31, da Lei nº 8.212 de 24/07/91, alterada pela Lei nº 9.032, de 28/04/95.
- 7.10. Quando se tratar da quitação do pagamento a CODEVASF se reserva o direito de reter 15% (quinze por cento) do valor do mesmo, até que seja apresentada a GPS relativo ao mês dos últimos serviços prestados. Da mesma forma, deverá comprovar o recolhimento do FGTS, sob pena da retenção do pagamento.
- 7.11. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, sociais, previdenciários, tributários, comerciais e demais resultantes da execução do contrato, principalmente com a obrigatoriedade de requerer a exclusão da CODEVASF da lide das eventuais ações reclamatórias trabalhistas, propostas por empregados da Contratada, durante a vigência contratual, declarando-se como única e exclusiva responsável pelas referidas ações, inclusive perante possíveis subcontratados ou quaisquer terceiros interessados.
- 7.12. Na hipótese da CODEVASF vir a ser condenada, subsidiariamente nas ações reclamatórias trabalhistas e se o contrato estiver vigente, o valor da referida condenação será deduzido da medição desde que





Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

não haja possibilidade de composição entre as partes, visando o reembolso da importância despendida pela CODEVASF, a título de condenação trabalhista subsidiária, a CODEVASF utilizará o direito de regresso, em ação própria a ser intentada contra a Contratada, com a qual desde já a mesma expressa sua concordância, com as duas hipóteses previstas neste subitem.

- 7.13. As exigências da CODEVASF, quanto ao preenchimento das faturas deverão ser obtidas junto à fiscalização do contrato e quaisquer dúvidas existentes deverão ser sanadas pela Unidade de Contabilidade da CODEVASF 3ª SR, em Petrolina (PE).
- 7.14. As faturas deverão ser protocoladas na CODEVASF 3ª SR, com todos os documentos contábeis e técnicos exigidos, preferencialmente, até o dia 15 do mês subsequente a medição.
- 7.15. As faturas deverão vir acompanhadas da documentação relativa a cada serviço faturado, devidamente atestadas pela Fiscalização.
- 7.16. As faturas serão mensais e somente serão liberadas para pagamento após aprovadas pela área gestora e devem estar isentas de erros ou omissões, sem o que serão, de forma imediata, devolvidas à Contratada para correções, não se alterando a data de adimplemento da obrigação.
- 7.17. Os documentos de cobrança indicarão, obrigatoriamente, o número de Contrato, o período de medição e o número da Nota de Empenho específica, expedida pela CODEVASF, para cobertura da execução dos serviços.
- 7.18. Nos documentos de cobranças deverão constar obrigatoriamente o número do contrato, o período de medição, o número da medição, o objeto do contrato e as demais exigências contábeis – discriminar os percentuais de materiais, mão de obra, CSLL, IRRF, ISS e COFINS.
- 7.19. Atendido ao disposto nos itens anteriores a CODEVASF considera como data final do período de adimplemento a data útil seguinte à data de entrega do documento de cobrança no local de pagamento dos serviços, a partir da qual será observado o prazo de até 30 dias corridos para pagamento, conforme estabelecido no Art. 9º do Decreto 1.054, de 7 de fevereiro de 1994.
- 7.20. É de inteira responsabilidade da Contratada a entrega à CODEVASF dos documentos de cobrança, acompanhados dos seus respectivos anexos, de forma clara, objetiva e ordenada, que se não for atendido, implica em desconsideração pela CODEVASF, dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento. Deverá ser contemplada, entre outras, as exigências da Instrução Normativa nº 480, de 14 de dezembro de 2004, da Secretaria da Receita Federal.
- 7.21. A CODEVASF não pagará serviço algum que não se enquadre nas formas de pagamento estabelecidas neste Edital e/ou que não seja executado em plena conformidade com ele.
- 7.22. A CODEVASF não fará nenhum pagamento na forma de antecipação referente aos serviços e fornecimento de materiais objeto deste Edital.



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

- 7.23. A CODEVASF não pagará, a qualquer título, valor de compensação pelo período de processamento do pagamento.
- 7.24. A CODEVASF não efetuará pagamento via cobrança bancária.
- 7.25. Será considerado em atraso o pagamento efetuado após o prazo estabelecido no subitem 14.19 do Edital, caso em que a CODEVASF pagará atualização financeira aplicando-se a seguinte fórmula:

AM = P x I, onde:

AM = Atualização Monetária;

P = Valor da Parcela a ser paga; e

I = Percentual de atualização monetária, assim apurado:

$$I = (1 + im1/100)^{dx1/30} \times (1 + im2/100)^{dx2/30} \times \dots \times (1 + imn/100)^{dxn/30} - 1,$$

onde:

i = Variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo-IPCA no mês "m";

d = Número de dias em atraso no mês "m";

m = Meses considerados para o cálculo da atualização monetária.

- 7.26. Não sendo conhecido o índice para o período, será utilizado no cálculo o último índice conhecido.
- 7.27. Quando utilizar o último índice conhecido, o cálculo do valor ajustado será procedido tão logo seja publicado o índice definitivo correspondente ao período de atraso. Não caberá qualquer remuneração a título de correção monetária para pagamento decorrente do acerto de índice.
- 7.28. Nos cálculos deverão ser utilizadas 5 (cinco) casas decimais.
- 7.29. Será exigida da contratada no momento da entrega da medição, além das documentações anteriormente descritas, a apresentação de um relatório constando as seguintes informações e documentos:
- a) Apresentar matrícula CEI da obra (Cadastro Específico do INSS) conforme determinação do Ministério da Fazenda/Receita Federal;
 - b) Registro fotográfico do Início e Término dos Serviços;
 - c) Memória de cálculo com as quantidades de serviços realizados;
 - d) Documentação de regularidade fiscal da empresa no período (art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93);
 - e) Contracheque/Holerite dos funcionários envolvidos na realização dos serviços;
 - f) Diário de obras atualizado;
 - g) Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) de execução (na primeira medição ou na eventualidade de mudança de responsável técnico);





Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

8. Cláusula Oitava – DA CAUÇÃO

- 8.1. Como garantia para completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser integralizada no ato da assinatura do mesmo, em espécie, em Títulos da Dívida Pública da União, com cotação de mercado devidamente comprovada por documento hábil expedido pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, Seguro Garantia, emitida por seguradora autorizada pela SUSEP, ou Fiança Bancária, emitida por banco autorizado pelo BACEN, a critério da contratada.
- 8.2. Quando se tratar de caução em títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do Art. 56, inc. I, da Lei 8.666/93 (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004).
- 8.3. Quando a contratada optar pela caução nas modalidades segura garantia ou fiança bancária, deverá existir cláusula expressa na apólice ou contrato relativo à garantia, no sentido de que esta terá seu prazo de validade suspensa, quando a garantidora for notificada pela CODEVASF, acerca da instauração de procedimento sancionatório em desfavor da segurada, ocasião em que tal suspensão perdurará até o final do respectivo trâmite processual.
- 8.4. A garantia em espécie deverá ser depositada em instituição financeira oficial, credenciada pela CODEVASF, em conta remunerada que poderá ser movimentada somente por ordem da CODEVASF.
- 8.5. Por ocasião de eventuais aditamentos contratuais que promovam acréscimos ao valor contratado ou prorrogações de prazo contratual, a garantia prestada deverá ser reforçada e/ou renovada, de forma a manter a observância do disposto no caput desta cláusula, em compatibilidade com os novos valores e prazos pactuados.
- 8.6. Após 90 (noventa) dias da assinatura do Termo de Encerramento Definitivo do Contrato será devolvida a "Garantia de Execução", uma vez verificada a perfeita execução dos serviços contratados.
- 8.7. Não haverá qualquer restituição de garantia em caso de dissolução contratual, na forma do disposto na cláusula de rescisão, hipótese em que a garantia reverterá e será apropriada pela CODEVASF.

9. Cláusula Nona – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 9.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, nos termos abaixo descritos.





Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

- 9.2. Nos caso de inadimplemento ou inexecução total do contrato, por culpa exclusiva da CONTRATADA, será cobrada multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato;
- 9.3. Nos casos de inexecução parcial dos serviços, será cobrada multa de 2% (cinco por cento) do valor da parte não executada do contrato;
- 9.4. Nos casos de mora ou atraso na execução, será cobrada multa 2% (dois por cento) incidentes sobre valor do serviço em atraso.
- 9.5. A multa a que alude este item não impede que a CODEVASF rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas na Lei nº 8.666/93.
- 9.6. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado.
- 9.7. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CODEVASF ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 9.7.1. Antes da cobrança judicial, a contratada será convocada para complementação do seu valor, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da convocação, a ser recolhido à 7ª Unidade Regional de Finanças – 7ª/UFN da CODEVASF, localizada na Sede da 7ª/SR da CODEVASF.
- 9.7.2. A utilização da garantia obriga a contratada a renová-la pelo prazo restante, caso o contrato continue vigente após a aplicação da penalidade.
- 9.8. Pela inexecução total ou parcial do contrato a CODEVASF poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- I - advertência;
 - II - multa;
 - III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CODEVASF, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a CODEVASF pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 9.9. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 9.10. A sanção estabelecida no inciso IV do subitem 11.5 é de competência exclusiva do Ministro da Integração Nacional, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.





Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

- 9.11. O fiscal instruirá o processo, com a análise dos fatos que ensejaram a indicação da penalidade, que será aplicada pelo Superintendente Regional.
- 9.12. A aplicação das sanções previstas nos itens anteriores ao interessado a apresentação de defesa prévia, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
- 9.13. A manifestação da licitante/contratada será apreciada pelo Superintendente Regional, que poderá relevar ou não a penalidade, com base no parecer técnico do fiscal.
- 9.14. Caso seja mantida a penalidade, caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis para a Diretoria Executiva da CODEVASF. O recurso será dirigido à Diretoria Executiva da CODEVASF, por intermédio do Superintendente Regional, que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado.
- 9.15. Nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.
- 9.16. Da decisão da Diretoria Executiva da CODEVASF não caberá recurso.
- 9.17. Em caso de relevação da multa, a CODEVASF se reserva o direito de cobrar perdas e danos porventura cabíveis em razão do inadimplemento de outras obrigações, não constituindo a relevação novação contratual nem desistência dos direitos que lhe forem assegurados.

10. Cláusula Dez – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

- 10.1. A FISCALIZAÇÃO dos serviços será feita diretamente pela CODEVASF através de servidor ou de representante, formalmente designado, a quem compete verificar se o Contratado está executando os serviços, com a observância do Contrato e dos documentos que o integram.
- 10.2. A Fiscalização terá plenos poderes para agir e decidir perante o Contratado, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o contrato. O Contratado é obrigado a assegurar e facilitar acesso da Fiscalização aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 10.3. Com fundamento nos arts. 54, § 1º, in fine, e 55, inciso XI, da Lei nº 8.666/1993, a CODEVASF, por meio do fiscal designado, terá poderes para fiscalizar periodicamente o efetivo pagamento dos valores salariais lançados na proposta contratada, mediante a verificação das folhas de pagamento referentes aos meses de realização dos serviços, de cópias das carteiras de trabalho dos empregados, dos recibos e dos respectivos documentos bancários, entre outros meios de fiscalização cabíveis, conforme o Acórdão 1125/2009 – Plenário do TCU.





Ministério da Integração Nacional – MI

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF

3ª Superintendência Regional – 3ª SR

- 10.4. O Contratado deverá se comunicar com a Fiscalização, por escrito. Mesmo a comunicação via telefone devem ser confirmadas, posteriormente, por escrito, através do Setor de Protocolo da Empresa Pública Federal.
- 10.5. Cabe ao Fiscal do CONTRATO a constatação de falhas, omissões ou negligência da CONTRATADA, na execução dos serviços contratados. Isso vindo a ocorrer será de única e exclusiva responsabilidade da CONTRATADA reparar os prejuízos, diretos e indiretos, ocasionados às estruturas do Perímetro ou a terceiros.
- 10.6. A CODEVASF/3ª SR exercerá a coordenação, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços contratados, cabendo-lhe estabelecer os procedimentos detalhados de execução do contrato, conforme os Termos de Referência, assumindo a responsabilidade contratual, de acordo com o preconizado pelo artigo 67 da Lei n. 8.666/93.
- 10.7. Os relatórios e documentos não aprovados serão devolvidos para as correções e complementações necessárias, de acordo com as análises a serem encaminhadas ao Contratado.
- 10.8. O Contratado e a CODEVASF/3ª SR manterão durante o desenvolvimento dos trabalhos, a necessária comunicação, para facilitar o acompanhamento e a execução do contrato. A Fiscalização convocará, para esse fim, por sua iniciativa ou do Contratado, quantas reuniões estimar convenientes.
- 10.9. A FISCALIZAÇÃO terá plenos poderes para sustar quaisquer serviços que não estejam sendo executados dentro dos termos de Contrato, dando conhecimento do fato à contratada.
- 10.10. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 10.11. Das decisões da Fiscalização, poderá a Contratada recorrer à 3ª GRI/UGE, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação. Os recursos relativos a multas serão feitos na forma prevista na respectiva cláusula.
- 10.12. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a Contratada da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 10.13. A CODEVASF se reserva o direito de exigir o imediato afastamento de qualquer empregado e/ou preposto da contratada, que não mereçam confiança, embarace a fiscalização ou se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o desempenho das tarefas que lhes forem atribuídas.
- 10.14. Serão impugnados pela fiscalização todos e quaisquer serviços que não atendam às condições contratuais.
- 10.15. Ficará a Empresa CONTRATADA, obrigada a refazer todo e qualquer serviço impugnado pela fiscalização, ficando por sua conta exclusiva as despesas decorrentes dessas providências.
- 10.16. A Empresa CONTRATADA será responsável pelos danos causados à CODEVASF e a terceiros, decorrentes de sua negligência, imperícia e ou omissão.





Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

12. Cláusula Doze – DO DANO MATERIAL OU PESSOAL

A CONTRATADA será responsável, na forma da lei, por quaisquer danos ou prejuízos provenientes de vícios e/ou defeitos na execução dos serviços contratados causados à CODEVASF ou a terceiros.

12.1. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas que tiverem de ser feitas, por ela ou pela CODEVASF, para reparação desses danos ou prejuízos.

12.2. Não serão indenizados os prejuízos que possam advir de erro ou qualquer equívoco de sua proposta ou administração.

13. Cláusula Treze – DA RESCISÃO

O presente contrato será rescindido unilateralmente de pleno direito pela CODEVASF, com a conseqüente perda da caução e da idoneidade da CONTRATADA nos termos do art. 78, incisos I a XII e XVII, da Lei nº 8666/93 observadas as disposições dos art. 77, 79 e 80 da citada Lei.

14. Cláusula Quatorze – DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Na execução do presente instrumento será exigido da contratada o pleno atendimento do art. 6º da instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010, no que se refere à adoção das seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços contratados:

- a) A utilização de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- b) A adoção de medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- c) A Observância da Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- d) O fornecimento aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) A realização de programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

A.



Ministério da Integração Nacional – MI
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – CODEVASF
3ª Superintendência Regional – 3ª SR

- f) A realização da separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- g) O respeito às Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- h) A previsão da destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis.

15. Cláusula Quinze – DA PUBLICAÇÃO

A CODEVASF providenciará a publicação do presente Contrato, em extrato, no Diário Oficial da União – Seção 3, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, na forma do art. 61, parágrafo único da Lei 8666/93.

16. Cláusula Dezesseis – DO FORO

Fica eleito o Foro da Justiça Federal da Seção Judiciária e Pernambuco, Subseção de Petrolina, em quaisquer das varas federais instaladas nesta cidade para dirimir questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem de acordo com as condições aqui estipuladas, lavrou-se o presente instrumento contratual, em 03 (três) vias de igual teor e para o mesmo efeito que, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas.

Petrolina (PE), ____ de ____ de 2013.

Superintendente Regional-3ª SR
CODEVASF

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. _____

CPF: _____

2. _____

CPF: _____

